

CATOLICISMO MILITANTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX BRASILEIRO

*Wellington Teodoro da Silva**
wteodoro@pucminas.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer uma breve descrição da trajetória de militância de quatro católicos ao longo da primeira metade do século XX no Brasil. Parte-se do dado comum à historiografia brasileira de que o catolicismo é fundado na identidade militante. Espera-se suprir uma relativa lacuna de artigos sobre esse tipo de descrição.

PALAVRAS-CHAVE: Catolicismo, militantes católicos, Brasil Republicano.

Não ficava bem a um intelectual ser católico, eis a verdade. Caberia, praticamente, ao século XX descobrir o valor teórico do catolicismo; uma pessoa poderia ser um intelectual em dia com as ciências e professar a religião católica.

(João Camilo de Oliveira Torres)

INTRODUÇÃO AO TEMA

A trajetória do catolicismo no Brasil na primeira metade do século XX constitui-se num importante ato de reposicionamento dessa tradição diante do Estado e numa significativa chamada de seus fiéis à ordem. Sua identidade primeira e fundante elabora-se na compreensão militante de si mesma e lastreia-se nos movimentos de reformas católicas ainda no período imperial. Cumpre-nos dizer que essa identidade militante refere-se à organização da insituição durante o processo de romanização. Efetivamente, a Igreja Católica no Brasil conseguiu reunir um corpo disciplinado e orientado pela hierarquia. O interesse de fazer com que o Estado Brasileiro reconhecesse que o Brasil era um país católico e que a Igreja era a máxima expressão desse sentimento foi um dos eixos de proposituras principais desse catolicismo militante.

* Professor na PUC/MG.

Recebido em 4 de março de 2008.
Aprovado em 30 de junho de 2008

Esse movimento, iniciado por dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, teve na “Questão religiosa” uma de suas conseqüências de maior relevo para a historiografia. Dom Viçoso esteve à frente desse movimento por mais de três décadas. Contou, num primeiro momento, com o apoio de dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, e de dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo. A partir dos anos de 1860, esse movimento firmou-se com maior vigor quando a ele se juntaram dom Sebastião Dias Laranjeiras, sucessor de dom Feliciano José Rodrigues Prates no Rio Grande do Sul, dom Antônio de Macedo Costa, da diocese do Pará, e o capuchinho dom frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Pernambuco.

Dom Macedo participou do Concílio Vaticano I, no qual se definiu que o magistério da Igreja é composto pelos bispos em comunhão com o papa. Dom Vital trouxe para Olinda o espírito e a reação antimoderna e antimaçônica de Pio IX. O contexto ideológico é o da “Questão romana”, isto é, a revolução de Gregório VII pela liberdade da Igreja. Esse movimento era apologético, triunfalista e militante (TORRES, 1968).

Permearam-se pelo espírito da *Quanta Cura*, de Pio IX. Eram reformadores, antiliberais e defenderam a liberdade da Igreja Católica num ato antipombalino, diante de um Conselho de Estado galicano.

O *placet* imperial, retomado pelo Estado, conflitava com o então ambiente ultramontano da Igreja Católica, que se entendia como sociedade perfeita, a qual, portanto, compreendia que deveria gozar da primazia do poder espiritual sobre o temporal e tinha no papado, sumo pontificado, o lugar do máximo poder: fora e acima do Estado. O convencimento acerca dessas proposituras acontecia, nesses prelados, num nível existencial profundo, sagrado, religioso, diferente de todas as demais realidades de vida humana. Apenas nele o sujeito sente-se em uma dependência total de uma realidade que ele reputa como absoluta. Nele (e apenas nele!) experienciam o sentimento da condição de criaturas. Sentimento forte. Defendiam uma instituição sagrada, salvífica. Essa convicção deita raízes numa planetária e multissecular tradição de fundamentação sagrada e universal, e de um longo aprendizado acerca das relações com os poderes temporais.

O modelo de Igreja proposto pelos bispos reformadores funda-se numa inflexibilidade doutrinal e na identificação completa da Igreja como sociedade perfeita, de salvação. Os prelados da “Questão religiosa” defendiam que o poder político, a lei, deveria ser desobedecido caso negasse o primado dos valores espirituais. Se houvesse um conflito entre a consciência cristã e o direito de Estado, este deveria ser desobedecido.

Essa tensa defesa do ultramontanismo diante do Estado monárquico levou esses prelados para a prisão e fundou uma cultura de militância católica brasileira, cujo arco viria a cobrir toda a primeira metade do século XX e, ainda, cavaria sulcos profundos também na mentalidade católica da segunda metade desse mesmo século.

Por fim, a República fará a separação e “Dom Macedo, na Pastoral Coletiva, saudará o fato como auspicioso. Com a queda do Império, cessa o padroado, que oprimira a Igreja” (VILLAÇA, 2006, p. 90-91). A República foi recebida como a liberdade do catolicismo num momento em que este buscava voltar sua disciplina para Roma.

Eis a maior e mais inequívoca das divisões na história do catolicismo no Brasil – a Questão dos Bispos. A afirmativa é de Alceu Amoroso Lima e está na sua conferência de 1944, no Centro Dom Vital, comemorativamente do primeiro centenário do nascimento de nosso Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda. *‘De Dom Vital a São Vital?’*, o título era uma interrogação. E Alceu exclamava: ‘Dom Vital foi o grande emancipador do catolicismo brasileiro. Como foi o purificador da consciência católica no Brasil. (VILLAÇA, 2006, p. 91)

Dom Antônio de Macedo Costa via na proclamação da República e na conseguinte extinção do padroado a possibilidade da realização das teses ultramontanas. Portanto, defendia, contra a resistência de diversos membros do episcopado, a aceitação da República pela Igreja. Sua morte prematura impediu que ele avançasse nessa defesa no ambiente episcopal. Entretanto, essa bandeira “passa a ser empunhada com ardor pelo padre Júlio Maria, que se constitui no Brasil num verdadeiro arauto de uma nova ordem social” (AZZI, 1994, p. 105).

Esse modelo autoritário, romanizador e militante de Igreja atravessou as primeiras duas décadas da República numa quase total e mútua indiferença nas relações com o Estado. Não obstante, após a década de 1920, um e outro começaram a compreender que ambos tinham muitas afinidades. Dentre elas, vale citar a compreensão autoritária da realidade social. Eles compreenderam que poderiam ser mutuamente úteis. O Estado se beneficiaria do grande poder legitimador do catolicismo, e este, por sua vez, utilizaria recursos e estruturas do Estado para a efetivação de seus projetos eclasiásticos.

Esse catolicismo conseguiu fazer-se um interlocutor necessário diante do poder político e mobilizar setores da inteligência brasileira. É sobre essa inteligência católica militante que dedicaremos nosso esforço de aná-

lise a seguir. Analisaremos a ação militante de quatro personalidades do catolicismo brasileiro: padre Júlio Maria, Jackson de Figueiredo, dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima. A partir dessa análise, espera-se oferecer um contributo para a compreensão do catolicismo do período.

Cumpra aqui dizer que este texto surgiu da necessidade que sentimos de um texto com as dimensões e natureza de um artigo sobre esse tema. Procuramos, portanto, oferecer um contributo para suprir essa ausência.

JÚLIO MARIA: O IMPERATIVO DO DIÁLOGO COM AS QUESTÕES MODERNAS

Júlio Maria, primeiro brasileiro a entrar para a congregação do Santíssimo Redentor, insistia na necessidade de a Igreja ocupar-se com as causas do povo e com as questões de ordem econômica, política e social. Ele foi um irromper de um pensamento moderno e republicano numa Igreja hegemonicamente conservadora e, ainda, monarquista. Apoiou-se, sobretudo, na abertura da doutrina social da Igreja, ocorrida no pontificado de Leão XIII e, segundo Riolando Azzi (1994), busca recriar parcialmente a defesa de teses do clero liberal de fins do século XVIII e início do XIX.

Como argumento para a defesa da possibilidade de diálogo entre o clero e os republicanos, Júlio Maria lembra a distinção feita por Leão XIII entre formas de governo e legislação. Não havia por parte do catolicismo uma oposição às formas de governo, mas uma negação das normas constitucionais que pudessem atentar contra os princípios católicos. Sua abertura para o diálogo com o novo regime e com as questões liberais e a negação das regalias monárquicas do clero chamaram a atenção de intelectuais brasileiros para a doutrina católica e para o catolicismo como espaço de inteligência e de crítica da inteligência. Sua atividade pode ser considerada como precursora da *Ação católica*.

Júlio Maria deixou considerável obra apologética ressaltando a primazia das questões sociais na nova realidade mundial e brasileira. Fundamentando-se largamente na encíclica *Rerum Novarum*, saudou a República, compreendendo seu alcance e conseqüências. Sua reconhecida oratória era permeada pela denúncia da inoperância do clero e do laicato. Ele avaliava haver apenas duas forças no mundo: a Igreja e o povo. E elas deveriam aliar-se. Os leigos e, principalmente, os padres deveriam agir no sentido dessa necessária aliança, por meio da qual se refundaria a nação brasileira.

Este padre falava com grande abertura de espírito, aceitando o ambiente moderno. Foi um vigoroso crítico de um catolicismo que ainda não havia se

recuperado de sua crise após o fim do período colonial e que se acostumara com as pompas monárquicas. Desejava uma religião que saísse para a largueza da construção e crítica intelectual diante da modernidade. Com sua pregação, o catolicismo iniciou seu movimento de *saída da sacristia*.

Hoje, sob o ponto de vista social, só há duas forças no mundo – a Igreja e o povo. Uni-las é o ideal do Papa; concorrer para essa união é, em cada país, o dever dos católicos, principalmente do clero. Nós, porém, não podemos conseguí-la nem desviando-nos da rota que a Igreja segue, nem separando-nos do povo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 DE MARÇO DE 1898 APUD VILLAÇA, 2006, p. 117)

Ainda, acerca da questão social:

Os católicos e os padres brasileiros já não podemos ficar fora do movimento social da Igreja. Consorciar os espíritos; harmonizar as vontades com os princípios de uma nova ordem de coisas; substituir às questões políticas, enormemente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, a *questão social*, que é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade. (AZZI, 1994, p. 112-113)

Acerca do mundo do trabalho:

Sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar no ensino cristão os supremos postulados da consciência humana às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão ou aperfeiçoar a raça dos animais. (AZZI, 1994, p. 113)

Antônio Carlos Villaça escreve com visível entusiasmo acerca de Júlio Maria. Atribui-lhe a condição de símbolo da renascença religiosa do catolicismo brasileiro. Foi o “grande acontecimento”, cujo grande tema foi sempre o catolicismo diante da realidade social. Detestava o comodismo do clero e a frivolidade leiga. Exortação militante: propunha o combate.

Que falta aos católicos brasileiros? ‘Pergunta ele.’ A resolução para o combate. ‘E acrescenta.’ Este é o dever que grande parte do clero não compreendeu ainda no Brasil, onde, no regime da liberdade, em vez da pugna valorosa, que poderia ser travada para dar à Igreja o lugar que lhe

cabe em nosso movimento social, não vemos infelizmente senão uma devoção mórbida, sem virilidade cristã, uma piedade assustadiça, que se espanta de todos os movimentos do século e foge covardemente desanimada de tantos combates, em que os interesses do catolicismo, para triunfar dependem apenas que desfraldemos com ardor religioso e intrepidez cívica o estandarte de nossa fé. (VILLAÇA, 2006, p. 122)

Recebeu de Pio X o título de “Missionário do Brasil”.

Publicou muitos livros e opúsculos, de combate e divulgação doutrinal – *Pensamentos e Reflexões*, 1882, *O Deus Desprezado*, 1895, *A Paixão*, 1895, *A Caridade*, 1896, *A Graça*, 1897, *Apóstrofes*, 1897, *Conferências da assunção* – 4 séries, 1897, 1898, 1899, 1900, *Sete Discursos* (inclusive o de posse no Instituto Histórico Brasileiro, em 8 de dezembro de 1899), 1900, *A Igreja e o Povo*, 1900, “*A religião*” in Livro de centenário, *O Santíssimo Sacramento*, 1901, *O decálogo*, 1907, *Os pecados*, 1908, *As virtudes*, 1909, *A paixão*, 1911, *A Segunda vinda de Jesus Cristo*, 1913, *O credo*, 1915 (VILLAÇA, 2006, p. 113).

Padre Júlio Maria morreu no dia 02 de abril de 1916, mesmo ano da publicação da Pastoral, de dom Sebastião Leme, que veio confirmar em tudo as linhas mestras de onde partia suas críticas acerca do catolicismo brasileiro.

CARDEAL DOM SEBASTIÃO LEME: O ARQUITETO DA IGREJA CATÓLICA NA REPÚBLICA

Aconteceu, em 1910, no Santuário do Colégio Coração Imaculado de Maria, no Estado de São Paulo, o *Congresso Eucarístico dos Bispos Meridionais*, presidido pelo cardeal Arcoverde. Nesse evento, houve uma exitosa manifestação popular ao episcopado, organizada pelo então cônego Leme.

O excesso de trabalho em sua arquidiocese, na Capital do País, impôs ao cardeal a necessidade de um bispo auxiliar. Ele desejava um bispo jovem e que fosse seu braço direito. Impressionou-se com o desempenho do jovem cônego e provigário-geral de São Paulo nas atividades do Congresso. Procurou saber sobre ele e o que ouviu do arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e de outros fê-lo convencer-se de que o cônego Leme, de 28 anos, era o homem de que precisava. Convidou-o para ser seu bispo auxiliar no Rio de Janeiro.

Com apenas seis anos de padre o convite chega-lhe de maneira inesperada e deixa-o profundamente abalado (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 43). Recusa o convite em carta dirigida ao cardeal Arcoverde. Este, no mesmo dia

em que recebeu a carta do cônego Leme, escreve a resposta com forte conteúdo, como o do fragmento que segue:

E a voz de Deus é a voz dos bispos, dos legítimos representantes de Deus, que, em tais circunstâncias, têm o direito de chamar, de ordenar, de determinar o lugar onde deve a Igreja ser servida e assistida pelos ministros que eles para isso prepararam. Quem lhe pregou outra doutrina e lhe disse outra coisa, não lhe diz a verdade e não tem espírito de Deus, mas só o espírito inimigo de Deus (DOM SEBASTIÃO LEMOS apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 49).

Com a questão posta nesses termos, o cônego Leme aceita o episcopado. Sua sagração acontece no dia 4 de junho de 1911, Domingo de Pentecostes, na capela do Pio-Latino Americano, mesmo local onde se havia ordenado padre.

Após sua sagração, dom Sebastião Leme escreve ao jornalista Carlos de Laet uma carta na qual se podia ver, de maneira antecipada, o sentido da ação que viria ao longo de sua trajetória nessa nova condição eclesiástica. Desvela-se o pensador acerca das questões do catolicismo brasileiro e das questões postas para os católicos do Brasil e do mundo. Ele antevê, diante da conjuntura que se lhe apresenta, os esforços aos quais deveria lançar-se na nova condição episcopal. Segue trecho da carta:

Vivo angustiado com o muito que ainda não fiz e devo fazer. É formidável a responsabilidade dos bispos no atual momento histórico. Ou saímos a campo já, ou chegaremos tarde. Na parte que me toca, essa reflexão, que não parece exagerada, enche-me o espírito de apreensões. Falam em questão operária, mas eu creio que o que está em jogo é a *questão humana*. A nós, homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a *ordem cristã* (DOM SEBASTIÃO LEMOS apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 53).

Ao ser nomeado para o arcebispado de Olinda, dom Sebastião Leme escreve a *Carta Pastoral*, de 1916. Nesse momento, a Igreja estava liberta do Estado, mas ainda não havia construído o lugar que o prelado considerava devido. Sua *Carta* é um escrito analítico e propositivo. O ambiente católico brasileiro foi estudado e descrito numa perspectiva militante, fundada numa compreensão de que aos bispos caberia um papel de primeiro plano na defesa e preservação do Brasil verdadeiro. Ele entendia que o “Brasil verdadeiro” era o “Brasil católico”.

O ultramontanismo, fundado na hierarquia e em sua obediência, não poderia conviver com um Estado que o controlasse, da mesma forma que

não poderia conviver com uma massa de católicos que experimentava uma vida religiosa ainda luso medieval, pré-tridentina.

O catolicismo brasileiro constituía-se, basicamente, numa malha de práticas e num ambiente ritual que sobrevalorizava as exteriorizações. Um excesso de zelo devocional de irmandades colocava o culto ao Santíssimo Sacramento em segundo plano, devido ao excesso de pompa nos ritos dos santos. Havia, ainda, o sincretismo religioso, o espiritismo e o protestantismo para se combater.

Questões internas do clero também concorriam para a fragilidade do catolicismo brasileiro. Ele era, em grande medida, mal formado. Sua pregação, em regra, carecia de conteúdos doutrinários, de método e de didática eficientes. E, também, existiam em número insuficiente. Por isso, muitas paróquias ficavam muito tempo sem a assistência de um padre, sobretudo as rurais.

A ação política de católicos acontecia de maneira isolada, sem lastro orgânico com a Igreja institucional. Essa, por sua vez, ainda não havia redefinido sua nova identidade após o advento da República. Não poderia, portanto, fornecer esse lastro.

A imprensa católica era frágil diante das demais, inclusive daquelas que lhe eram hostis.

O Brasil vivia um catolicismo hegemônico, mas sem forma e sem ação, sem uma capacidade de ação política nacional organizada e eficiente. O catolicismo frágil e anêmico dos brasileiros era insuficiente para a tarefa de influir de maneira decisiva nos fundamentos da nação. Essa inoperância não correspondia ao *ethos* de uma religião profética.

A tradição católica medieval portuguesa que aportou no Brasil fora domesticada pelo Estado. Para cada realidade e lugar social havia um santo para proteção. Havia uma irmandade para cada segmento social e econômico. Essa tradição religiosa mantinha o controle dos católicos, garantindo sua inoperância nas questões que os colocassem em oposição aos interesses de Estado ou, ainda, em autonomia a ele. Vale dizer que a Igreja era um departamento de Estado, que o clero era entendido como um corpo de funcionários públicos. Essa realidade vinha da colonização: onde um missionário católico punha o pé, nesse ato também se fazia presente o Estado português.

Nessa *Carta Pastoral*, dirigida ao clero e aos fiéis da arquidiocese de Olinda, dom Sebastião Leme não faz uma análise dessa arquidiocese. Isso não seria possível porque ele não conhecia suficientemente suas especificidades. O tema dessa *Carta* foi o ambiente conjuntural do catoli-

cismo brasileiro. As linhas gerais de suas proposituras vieram confirmar as do padre Júlio Maria em sua obra *Memória Histórica*, escrita em 1900. “Dom Leme nos ensina – como Júlio Maria – a sociologia religiosa do Brasil moderno” (VILLAÇA, 2006, p. 135).

Nessa análise, o prelado afirma que o País era unanimemente católico, mas de extraordinária inoperância dos fiéis no cenário político e social nacional. Essa diagnose apontava para uma das linhas mestras de sua militância.

A seguir, a citação de alguns trechos dessa *Carta Pastoral*:

Que *maioria católica* é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo?

É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, *como Nação, não temos e não vivemos vida católica.*

Quer dizer: % somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais. Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo máximo de formamos *uma grande força nacional, mas uma força que não atua, e não influi, uma força inerte.*

Somos, pois, uma maioria ineficiente.

Eis o grande mal.

Diante da Constituição, diante do Govêrno, Imprensa, da Literatura, das academias e das escolas, do Comércio e da Industria, diante de todos os expoentes da Nação, somos um povo ateu ou indiferente.

E somos – os católicos – *a maioria da nação?*

Ah! É certo, é evidente, é palpável que não sabemos aproveitar essa força. Somos católicos de *clausura*; a nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das igrejas. Quando fora da porta dos lugares santos tremulam os nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmados de uma reivindicação jurada; braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeira de ação, são vexilos de procissão.

Têm instrução religiosa os nossos intelectuais?

Não – respondemos convictos.

Seremos – oh! Aproxime Deus esse dia! – seremos *a maioria absoluta* do País, não somente pelo número, como pela força de nossas convicções e pelo clarão fulgente de nossos arraiais.

Em vez de coro plangente, formemos uma legião que combata: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue os escritos dos outros.

A nós católicos, que na mocidade saudamos o porvir da Pátria e da Igreja, a nós se impõe o dever de darmos os passos necessários para que à

mocidade estudiosa se abram Escolas Superiores francamente católicas. Temos o exemplo das nações mais civilizadas do mundo. A Bélgica, a Alemanha, os Estados Unidos têm as suas Universidades Católicas. Têm-nas o Chile e a Argentina. Por que não as teremos no Brasil? (CARDEAL LEME apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 114)

O que pretendemos é agitar as idéias, inspirar iniciativas, alimentar apostolados, despertar dedicações e, da nossa parte, não cair no pessimismo desumano que mata todas as empresas, mal vêem elas à concepção. A consciência nos doeria se, por falta de lançarmo-las, morressem idéias de obras que se impõem. Há dificuldades? Onde não as há? Ponhamos a mão naquilo que julgamos dever fazer, certos de que aos bem intencionados não falta Deus com Sua graça. (MOURA, 1978, p. 114)

Esta *Carta Pastoral* é um marco na história religiosa do Brasil e, ainda, devido ao seu amplo alcance em estimular e orientar a ação de uma parcela significativa e operosa da sociedade civil, é também um marco na história política brasileira.

Dom Sebastião Leme propunha uma ação dos fiéis em novos termos. Urgente. Disciplinada. Combatente. Inteligente. Teve especial atenção pela formação de uma intelectualidade católica. Em 1921, aprovou a fundação do Centro Dom Vital, cuja função seria estender o apostolado intelectual por todo o Brasil. Dentre seus colaboradores mais íntimos estavam intelectuais como Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca.

Nesse desenho do catolicismo brasileiro, cujos contornos tornavam progressivamente mais nítida a identidade que se desejava construir, a criação de uma Universidade Católica era uma necessidade imperativa. O espírito do ambiente de fundação da PUC no Rio de Janeiro pode ser sentido a partir do fragmento a seguir, de padre Leonel Franca (apud MOURA, 1978, p. 115).

Era (A Universidade Católica) o meio eficaz de cristianizar e recristianizar a inteligência brasileira. Era a possibilidade de formação de um escol capaz de infundir em nossas instituições sociais e políticas o espírito cristão e tradicional da nacionalidade. Era a defesa eficiente contra as ameaças ideológicas e subversivas, dissolventes não menos da unidade cristã que da coesão espiritual do nosso povo.

Dom Leme funda, em 8 de dezembro de 1922, a Confederação Católica do Rio de Janeiro, arquidiocese para a qual havia sido transferido na qualidade arcebispo-coadjutor, em 1922. Essa Confederação buscava solucionar um problema importante já identificado em sua *Carta Pastoral*,

de 1916. Ela deveria transformar os “católicos, sinceros mas inoperantes, num exército conquistador que, sob as ordens da hierarquia, se lançasse ao combate pelo reino de Cristo” (apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 144).

A arquidiocese do Rio de Janeiro já contava com movimentos católicos organizados. Obras de piedade e ação social, Conferências Vicentinas, Congregações Marianas, Pias Uniões Filhas de Maria e as ligas Católicas Jesus, Maria, José, por exemplo.

Essas organizações não mantinham laços que as unissem numa organicidade maior. Cada qual existia em independência uma da outra na sua área ou perspectiva particular de ação. A Confederação teve por objetivo ordenar a ação desses organismos. Formaria-se um corpo maior de ação e, portanto, de maior eficácia na conquista dos objetivos traçados pela liderança episcopal. Uma de suas principais preocupações foi a de formar lideranças. Ela funcionou como uma antecipação da *Ação católica*. Com efeito, foi objetivamente uma ação católica, com as iniciais minúsculas. Em 1924, já contava com mais de 400 associações da arquidiocese do Rio de Janeiro. Agiu intensamente em questões como o voto feminino, em 1933, e o direito ao descanso festivo nos domingos e dias santos.

Segundo sua concepção, a Confederação não deveria assumir a política como seu objeto de sentido. Era uma organização religiosa. Entretanto, eventos políticos poderiam colidir contra a doutrina ou contra as proposituras morais fundamentais do catolicismo ou, ainda, contra temas julgados importantes, como o ensino católico nas escolas públicas. De fato, seguindo nessa orientação dom Sebastião Leme (apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 156) escreve nas *Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*:

Se alguma luta política tiver por caráter diferencial pontos da doutrina católica, já não estaríamos sem questões *meramente* políticas, mas em verdadeira questão religiosa. E neste caso, a Confederação saberia levantar a voz e cumprir seu dever.

Não iríamos entrar numa questão meramente política, nem falaríamos em nome de um partido, nem em nome de um ou de muitos católicos, nem em nome de interesses pessoais ou de classes, mas em nome da fé que nos ufanamos de professar.

Na Modernidade, a política emancipa-se da religião e passa a ser pensada, fundamentada e legitimada em seus próprios termos. O cristianismo, por seu lado, não a reconhece como liberta. Sua condição de religião profética não dissocia a historicidade humana dos planos da *Salvação*.

A rigor, a *Salvação* apenas tem sentido na história humana, que o cristão católico compreende como história da salvação. Ainda, é na história que acontece a *Revelação* do Sagrado.

Essa indissociação entre a história e a salvação permite que o religioso possa interpretar religiosamente os eventos políticos. Portanto, agir em determinadas matérias já não é uma ação ou militância política, mas religiosa.

No entendimento de dom Leme, o partido político não pode ser em si uma estrutura de ação da Igreja. Ele é meramente político. As associações católicas deveriam colocar-se fora e acima dos partidos. Acerca dessa posição, cita-se um fragmento de uma alocução do cardeal:

Muitas referências tenho ouvido ou lido ao Partido Popular Italiano [...] Querem que imitemos os nossos irmãos da Itália, na organização de um partido católico. Antes de mais nada, reafirmo a declaração de que, como *organização católica*, a Confederação não se tornará nunca um partido político. Longe de mim a heresia de dizer que a Religião nada tem a ver com a Política. Seria um erro palmar, mil vezes condenado e mil vezes condenável. Mas, o que eu disse, e repito, é que não devemos identificar ou confundir a religião e a política partidária. São campos diferentes de ação. Assim é que se algum dia os católicos se reunirem em partido político, as suas campanhas *meramente políticas* não serão feitas em nome da Igreja, em lugar sagrado, nas associações de piedade, etc., e sim nas *organizações* que para esse fim específico se fizerem entre os católicos (DOM SEBASTIÃO LEME apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 157).

As organizações para o apostolado leigo possuíam um profundo sentido de ordem e de hierarquia. Essa verticalidade é mensurada num outro discurso proferido por dom Leme, cujo título é: “Ação católica e espírito de disciplina”.

Nele, o líder religioso afirma: “Uma autoridade, um centro orientador, uma palavra de direção, uma voz de comando é necessária. Essa só pode ser a do Bispo a quem pôs Deus no governo de sua Igreja” (DOM SEBASTIÃO LEME apud SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 158). Essa disciplina insere-se no arco ultramontano do magistério eclesiástico composto pelos bispos em comunhão com o papa.

A Confederação forneceu a “velha guarda” do cardeal Leme nas questões futuras, como as campanhas pelo monumento do Cristo Redentor e pela fundação da Universidade Católica. A identidade de corpo disciplinado originária na Confederação permaneceu dentro da *Ação católica*, quando ela foi oficialmente constituída.

A idéia de um partido político católico não seria a estratégia ideal de ação da Igreja. A idéia e o ato de um “partido” pareciam ao cardeal Leme uma total oposição à idéia e ao ato da “catolicidade” (SANTO ROSÁRIO, 1962). O partido, por definição, opera na diferença e na divergência: partido – parte, na compreensão do cardeal. E a Igreja opera como empresa de salvação universal. Além do mais, os políticos declaradamente inimigos da Igreja eram poucos.

Dom Leme reuniu os católicos politicamente em uma organização suprapartidária: A Liga Eleitoral Católica (LEC). A LEC conseguiu congregiar setores médios e intelectuais da sociedade. Organizou o eleitorado católico e o instruiu a votar apenas em candidatos aprovados pela Liga. Alceu Amoroso Lima, cuja posição política em 1933 correspondia às tendências tradicionais da Igreja, no sentido da direita, foi chamado por dom Leme para estudar as novas posições dessa instituição diante das questões sociais, postas incisivamente na encíclica *Quadragesimo Anno*. Amoroso Lima produziu um trabalho intitulado *Reivindicações Católicas*, o qual serviu como base para o manifesto de anúncio da criação da LEC.

Para ser reconhecido como apto para receber os votos dos fiéis, o candidato deveria firmar o compromisso de defender reivindicações da Igreja na Constituinte. O programa elaborado por ela tinha dez pontos. O candidato deveria aceitar a defesa de pelo menos três: a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência eclesiástica facultativa às forças armadas. A estratégia de dom Leme foi a de diminuir ao máximo o número de pontos obrigatórios, para conseguir um maior número de candidatos em diálogo e compromisso com a LEC.

Aconteceu mais do que se esperava. Todos os dez pontos foram aprovados pela Constituinte, que, ainda, colocou em seu preâmbulo: “Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus [...]” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 319).

O cardeal e os seus liderados interpretavam como religiosas as suas ações diante do Estado e na Constituinte. Esse dado é fundamental. Cada um de seus atos inseria-se num universo maior de significação, numa realidade sagrada, que antecede e supera a história. Jogavam obedecendo às regras da política moderna diante do Estado Republicano. Inseriam-se no jogo da política moderna, reconhecendo a legitimidade de seus próprios termos. Jogavam com mensurações e significações religiosas. A compreensão desses “agentes políticos” deve ser interpretada no ambiente da Igreja militante ultramontana.

A citação a seguir, de sua biógrafa, irmã Maria Regina do Santo Rosário, O. C. D, nome religioso de Laurita Pessoa Raja Gabaglia, é importante para o trabalho do historiador. Normalmente, quando este toma o estudo da política e de seus encontros com a religião, acaba por tomar um caminho redutor do religioso, pensando-o com critérios políticos. É necessário desvelar o ambiente hermenêutico próprio do religioso diante da experiência de vitória ou derrota, por exemplo, o ambiente específico da liderança religiosa e, sobretudo, o fundamento religioso da prática política desses sujeitos.

No dia 3 de maio de 1933 feriu-se o pleito. Por uma feliz coincidência, a data era a mesma do encerramento, em Sant'Ana, da 'Semana Eucarística', que se tornara, assim, uma preparação próxima ao acontecimento. Havia meses, aliás, D. Leme apelara para as reservas espirituais de sua cidade e, sobretudo, pusera de "prontidão" os seus mosteiros de contemplativas. Ele próprio – atestam-no os seus secretários –, intensificara muitíssimo a sua vida de oração, entregando a Deus a obra empreendida para Deus. Quem o visse, nas tardes, imediatamente anteriores às eleições, naquele Palácio São Joaquim aceso de luzes e movimentado como um quartel-general em vésperas de batalha, perceberia que ali estava menos um chefe comandando a arrancada final de uma campanha, que uma alma servindo a um grande amor. 'Que me importa', afirmou então a um amigo, 'o que digam de mim? O que me importa é o triunfo de Jesus Cristo!' Esse triunfo mesmo, desejava-o na medida da vontade Divina e não da sua própria vontade [...] (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 316).

Por fim, acerca dos êxitos das campanhas católicas, dom Leme fala para seus colaboradores:

Não falem em nossas *vitórias*. Não tivemos vitória alguma. Não entramos para ganhar ou perder; entramos para fazer ouvidas as reivindicações da Verdade e da Justiça e não para vencer. Nunca ninguém sabe onde está a vitória de Deus. Está muitas vezes no que chamamos de derrota. (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 317)

JACKSON DE FIGUEIREDO: MILITÂNCIA REACIONÁRIA

Jackson de Figueiredo leu a *Carta Pastoral*, de dom Sebastião Leme, de 1916. Ficou impressionado com as afirmações do arcebispo sobre a inoperância e ignorância dos católicos brasileiros. Essa *Carta* e, sobretudo, Farias de Brito influenciaram sua conversão ao catolicismo, que foi um even-

to vasto em conseqüências, devido à grande operosidade de Jackson na movimentada década de 1920.

Ele experimentava as questões, dúvidas e tormentos interiores próprias do homem moderno e declarava-se antimodernista. Prezava sobretudo a autoridade, porque temia o desmoronamento que as questões e proposituras de sua contemporaneidade poderia provocar na ordem existencial e social humana. O catolicismo oferecia-lhe respostas existenciais plausíveis, sedutoras, e, ainda, constituía-se num corpo disciplinado e hierárquico. Na mentalidade conservadora de Jackson de Figueiredo, tais proposituras de fé, somadas ao sentido hierárquico, ofereciam o parâmetro forte para o ambiente cultural da *ordem*, idéia-força de todo o seu pensamento e ato militante.

Vivia um saudosismo monárquico.

Era militante. Esse dado é o grande definidor de sua identidade e de seu posicionamento diante das questões de seu tempo. Postura sempre ativa. Reconhecia-se como reacionário. Era obediente a dom Sebastião Leme, que lhe aparecia como o símbolo e a presença objetiva da construção e manutenção da *ordem*.

Segundo Santo Rosário, Jackson começava todas as suas cartas ao arcebispo pedindo benção para si e para “os soldados de cristo” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 179). Mentalidade disciplinada para o combate. Combate no campo político e no religioso, ambas as realidades envolvidas por uma consciência que não as dissociava % uma e outra estavam sempre em uma e em outra. O temporal e o eterno articulavam-se em sua mentalidade reacionária. Pode-se mensurar essa articulação lendo o fragmento de uma carta por ele escrita um mês antes de sua morte: “com o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo que levava àquela luta (política), de todo voltado para o problema universal, do Católico, do Eterno” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 179).

Antônio Carlos Villaça afirma que começa com Jackson de Figueiredo o processo de vitalização do catolicismo brasileiro ou, pelo menos, tem nele uma de suas forças mais importantes.

Espírito inquieto, mas militante da ordem, da disciplina. Reacionário. Conservador. Alceu Amoroso Lima perguntou-lhe, certa vez, o que ele faria se a Igreja no Brasil o tolhesse em sua liberdade de expressão. Sua resposta foi: “Quebraria a pena, não sem certa melancolia” (LIMA, 2000, p. 190).

Sua fidelidade e sua disposição de combate pela Igreja eram extremas.

Jackson era um conservador, um tradicionalista, um antiliberal, mas ao mesmo tempo um nacionalista jacobino e um feroz antiplutocrata. Amando a luta, empenhava-se a fundo no combate. Aí se revelava um excepcional polemista. O fato de haver nascido no Norte, mantendo intactas as características de seu temperamento violento e desabusado, era tido como um 'cangaceiro que a Igreja acorrentou'. Certa vez, ao abraçá-lo, Afrânio Peixoto surpreendeu-se com uma arma que trazia à cinta. Não resistindo à curiosidade perguntou-lhe:

- Para que essa arma? – E ele prontamente:
- Para quê? Para defendê-la.

Não entendendo a resposta, Afrânio insistiu:

- Defender a quem?

E Jackson sem se perturbar:

- A Igreja.

Mais que um violento era um romântico. (LIMA, 2000, p. 188)

O pensamento conservador de Jackson vê na religião o sustentáculo da ordem. Talvez pelo fato de a religião ser uma das grandes continuidades na história. Ou, dizendo de outra forma, a responsável pelo grande arco produtor de sentido que atravessa toda a história. Ela mostra-se um terreno fértil de idealizações acerca de um passado perfeito, um tipo ideal de tempo e de relações do humano entre si e com a natureza.

A mentalidade conservadora à qual Jackson pertencia é descrita por Francisco Iglésias como o pensamento que se elabora para a defesa da ordem e da tradição. Combate o liberalismo e o socialismo como desagregadores societários. Assume postura de combate diante da história. Combate pela manutenção.

Mais que instaurador de uma nova ordem, esse pensamento propõe aquilo que acredita ser uma restauração. Ele acredita que houve, em algum momento do passado, um tempo ideal que deve ser recuperado. É um pensamento nostálgico. Cultua valores idealizados acerca da terra e da harmonia entre as pessoas, num quadro histórico estático, pintado com pincéis paradisíacos.

O tradicionalista ou restaurador ignora ou quer negar que há um processo que leva à permanente mudança: vê a realidade de maneira idílica, perfeita e bela, que não deve ser alterada. Negando-se a aceitar ou não reconhecendo o movimento, pensa em termos de uma filosofia que supõe eterna, livre do tempo ou do ambiente. Como a realidade que lhe é dado viver não é a que idealizou, condena-a como erro, desvio da verdade, loucura dos homens. E passa a combatê-la, a fim de restaurar o que

lhe parece certo. Para ele, é absurda a pretensão de igualdade, uma vez que os homens são naturalmente desiguais; existe então uma hierarquia, com diferentes atribuições a cada um, em sociedade em que há os que mandam e os que obedecem. Os movimentos pela liberdade parecem-lhe não só perigosos como falsos, frutos de ótica viciada, vistos antes como libertários, libertinos ou liberticidas. (IGLÉSIAS, 1981, p. 112)

Dessa forma, o pensamento de Jackson de Figueiredo buscava no passado as fontes de inspiração. Ainda, ele fora marcado pela visão platônico-agostiniana da existência. A teologia do desterro e a doutrina da queda o marcariam em sua trajetória.

Não escondo a exaltação religiosa do meu pensamento de três anos para cá. Se é possível, classificar-me, eu mesmo o faço, pondo-me ao lado dos chamados místicos, descrentes da razão e de todos os experimentalismos. Sou um ser crepuscular, atormentado por uma dúvida infinita e, ao mesmo tempo, crente. (FIGUEIREDO apud AZZI, 1994, p. 108)

Fundou, em 1921, a revista *A Ordem* e, em 1922, o *Centro Dom Vital*, que surgiu no mesmo ano do Partido Comunista do Brasil. Perilo Gomes e Hamilton Nogueira foram seus co-fundadores. Dom Leme, então arcebispo-coadjutor, em 1923, escreve:

Muito recomendamos aos católicos o Centro Dom Vital, obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais, por meio de bibliotecas e publicações de livros especiais, etc. A generosidade que dispensamos a essa belíssima idéia frutificará em uma nova geração de intelectuais católicos.

A revista *A Ordem* assumiu um perfil conservador sob a liderança de Jackson. De caráter religioso-político, combatia toda a forma de transformação revolucionária. Assumia, ao mesmo tempo, uma função de formação religiosa e de embate político. Não era um jornal oficial da Igreja, mas um jornal católico, fundado por um católico de estreita colaboração e grande fidelidade ao seu arcebispo.

O pensamento produzido pelos católicos nesse momento é elitista e moralista. Propunha que a sociedade deveria organizar-se a partir de princípios universalmente válidos, pensados por um sempre pequeno e seletivo grupo de intelectuais. Esse pensamento reporta-se invariavelmente à Idade Média, pela sua hegemonia católica e pela sua visão de mundo hierárquica.

Idealizava-se o período medieval como um momento em que a sociedade era pensada como parte de uma realidade maior. Nesse pensamento,

havia uma organização verticalmente estabelecida e que subia em hierarquia de acordo com a dignidade e com o estatuto ontológico de cada um: homens, anjos, arcanjos, santos... até Deus, a Trindade, que todos adoram.

O homem medieval via a sua realidade história como um lugar de dignidade reduzida, estatuto ontológico débil, em desterro, e que se relacionava, ainda que num nível inferior, com a realidade universal e sagrada do Transcendente. Essa compreensão hierarquizada da realidade fornece o lastro para a organização da sociedade proposta pelo pensamento conservador (ALVES, 1984).

ALCEU AMOROSO LIMA: O AMBIENTE DE QUEBRA DO CONSERVADORISMO

Antônio Carlos Villaça escreve sobre Alceu Amoroso Lima com um encantamento muito grande. Tece elogios à sua formação intelectual e cita as convivências de Tristão de Ataíde com proeminentes intelectuais brasileiros e estrangeiros. Tal encantamento segue ao longo de todo o capítulo do livro *O pensamento católico no Brasil*. Foi por sugestão de Villaça que o jornalista Medeiros Lima realizou as entrevistas com Alceu Amoroso Lima que resultaram no livro *Memórias Improvisadas*, cuja primeira edição data de 1973. Esse livro é sempre encontrado entre as referências dos estudiosos do catolicismo no Brasil (LIMA, 2000).

Amoroso Lima converteu-se ao catolicismo em 1928, após longo e quase diário diálogo por cartas, sobretudo, com Jackson de Figueiredo. Este foi-lhe apresentado por Afrânio Peixoto, em fins de 1918. Essa correspondência foi provocada, no início, por questões políticas. Apenas após esse diálogo ter iniciado é que foram aparecendo e ganhando espaço os problemas filosóficos e religiosos. Define sua conversão como uma obra da maturidade da inteligência. Não foi espontânea. Foi longamente refletida. Após sete anos de reflexão, recebeu a hóstia das mãos do padre Leonel Franca.

Alceu colaborou de maneira estreita com o cardeal Leme. Nessa relação, fundada na amizade, na fidelidade, na mútua admiração e na Fé, antecipou o espírito da *Ação católica* oficial, que seria desejado pela hierarquia eclesiástica. Santo Rosário (1962) descreve esse espírito de obediência do leigo para com o arcebispo no mais perfeito ambiente que deveria ser o da *Ação católica*, antecipado nos trabalhos da Liga Eleitoral Católica.

O primeiro exemplo sobre essa relação refere-se à obediência. Como citado, dom Leme rejeitou a idéia de um partido católico. Ele propôs, para a participação política dos católicos a criação da Liga Eleitoral Católica. Entretanto, Amoroso Lima e Sobral Pinto pensavam que ela não supriria a excessiva abstenção da intervenção dos católicos nas lides políticas. Propu-

nham, por conseguinte, que a Liga indicasse pelo menos uma chapa para as eleições constituintes.

O cardeal convidou os dois líderes católicos para defenderem suas propostas numa reunião no Palácio São Joaquim.

Santo Rosário (1962, p. 313) diz que durante uma hora Alceu Amoroso Lima defendeu sua tese. Ao terminar dom Leme apenas diz:

Vocês querem que o nosso programa seja incorporado à nova Constituição ou querem apenas disputar uma eleição? Se querem, como todos queremos, a primeira hipótese, então fiquemos na absoluta isenção em face de nomes. Quem aceitar o nosso programa e for pessoas moralmente digna, pode receber o voto dos católicos. (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 313)

Assim foi feito. *Nihil sine Episcopo*. Nada sem o bispo.

O segundo exemplo de antecipação do espírito da *Ação católica* refere-se ao fato de Alceu Amoroso Lima ter funcionado na Constituinte como o *braço estendido* da hierarquia. Ia onde ela não poderia chegar. Interviu nesses lugares estritamente segundo a proposta de ação determinada pelo arcebispo. Sobre isso, Santo Rosário afirma: “Um auxiliar, entretanto, sobrelevou-se a todos, nessa emergência, pela dedicação, capacidade e operosidade: foi Alceu Amoroso Lima. Sempre a postos, era como uma extensão da pessoa do Cardeal” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 317-318).

Dom Leme acompanhava pelo rádio e com atenção os trabalhos da Constituinte, sobretudo as sessões mais decisivas. Diante de um evento que ele pressentisse como perigoso para o catolicismo, chamava de imediato Amoroso Lima, “punha-o a par do que se passava e dava-lhe instruções para agir. Compreendido as meias-palavras, obedecido sem vacilações, graças ao Secretário Geral da LEC, Dom Sebastião multiplicava o seu próprio poder de interferência e penetrava até onde, pessoalmente, não poderia ir” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 318 – grifo nosso).

A militância de Alceu era densamente intelectualizada. Leu e divulgou no Brasil pensadores como Maritain, Congar e Lebreton. Pessoa de elite intelectual e econômica. Ao contrário de Jackson de Figueiredo, não tinha o perfil do polemista, mas do conciliador. Jackson era marcado pela intuição; Alceu, pela erudição.

Jacques Maritain foi uma das principais influências recebidas por Alceu. Maritain também se converteu ao catolicismo em idade adulta. Sua conversão deveu-se, em parte, ao padre dominicano Clérissac, que veio a publicar um livro, *Le Mystère de l’Eglise*, prefaciado por Maritain, que se

manteve sempre muito ligado aos dominicanos. A revista literária dos dominicanos franceses, *La Vie Intellectuelle*, que foi dirigida pelo padre Pierre Bernadot, também exerceu forte influência em Amoroso Lima.

Sua conversão não o afastou dos problemas políticos e sociais. Ao contrário, segundo o próprio Alceu: “A conversão, antes de me afastar dos problemas políticos e sociais, me levou a neles aprofundar ainda mais a consciência” (LIMA, 2000, p. 186).

Segundo Villaça, o pensamento de Alceu pode ser representado em três de seus ensaios, a saber: *O espírito e o mundo*, de 1936; *Meditação sobre o mundo moderno*, de 1942; e *Mitos de nosso tempo*, de 1943.

Há, na obra de Amoroso Lima alguns temas sociais constantes – cristianismo e história, apostolado leigo, economia e humanismo, inteligência e ação. *O Espírito e o mundo*. Tudo na tríplice perspectiva que lhe marcou a obra de pensador católico: o movimento litúrgico, o tomismo e a Ação Católica. Foi ele que os difundiu entre nós, a esses três movimentos universais, que correspondem aos três planos da vida humana – a oração, a inteligência, a ação. (VILLAÇA, p. 187)

Alceu assumiu a direção do Centro do Vital após a morte de Jackson de Figueiredo. Segue numa rota conservadora, direitista, no período compreendido entre os anos de 1929 a 1938, uma fase *jacksoniana*, na qual afirma sofrer a influência do amigo morto. Segundo Villaça, o encontro com o dominicano Lebreton aproxima da esquerda, em sentido *lato*. Nessa trajetória, a distância entre os dois líderes católicos brasileiros faz-se sentir de maneira progressiva, densa e profunda: “Para Jackson, a Igreja é antes e acima de tudo a defesa da autoridade. Para Alceu, a Igreja é a defesa da liberdade e da justiça” (LIMA, 2000, p. 191/192). Acerca de sua compreensão de Igreja, vale a citação seguinte:

Certa vez li um artigo cujo título sugestivo me chamou a atenção: “Dieu Est-il à Drote?”, publicado na revista *La Vie Intellectuelle*. Era assinado por um padre francês, P. Congar., professor da Faculdade de Filosofia dos Dominicanos de Paris. Posso dizer que foi a leitura desse artigo que me abriu os olhos. Compreendi, finalmente, que a Igreja está fora e acima das posições intermediárias. O clericalismo, o autoritarismo e o tradicionalismo são deformações psicológicas, políticas e até religiosas, que acompanham muitas vezes os mais puros e respeitáveis sentimentos piedosos. É o caso do integrismo, cujos adeptos estão convencidos de que a Igreja é a direita. (LIMA, 2000, 191-192)

Alceu Amoroso Lima saiu do pensamento conservador e direitista, e seguiu as novas orientações do Concílio Vaticano II. Chegou ao caminho do progressismo católico e assumiu posições políticas ousadas. O ambiente político brasileiro levou-o a assumir de maneira mais contundente essas posições. Chegou a admitir a hipótese da revolução socialista no Brasil. Sua posição diante do Golpe de 1964 foi de radical hostilidade. E foi o mais constante e radical adversário de Castelo Branco (MOURA, 1978, p. 201).

À GUIZA DE FINALIZAÇÃO

Como vimos, a operosidade de militantes traduzem-se em atos determinantes na história da instituição. O cristianismo católico brasileiro elaborou-se numa compreensão militante de si mesmo. Nessa compreensão, estrutura-se a sua reorganização romanizadora. Portanto, essa identidade militante do catolicismo tornou-se uma realidade constituinte e tema sempre presente, devido aos estudos dessa instituição. Para tanto, pensamos que a análise de militantes e de suas trajetórias revela janelas hermenêuticas privilegiadas para a compreensão do grande arco da trajetória dessa instituição na República brasileira.

THE MILITANT CATHOLICISM IN THE FIRST HALF OF BRAZIL IN THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: This article proposes to relate the militant trajectory of four Catholic militants during the first half of Brazil in the 20th Century. We're based on the data common to the Brazilian historiography study, that the Catholicism is founded in the militant identity and hope to cover a relative gap of articles about this kind of description.

KEY-WORDS: Catholicism, Catholic militants, Republican Brazil

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1984.
- AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- CADERNOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL I. *Dom Antônio de Macedo Costa – Bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891)*. São Paulo: Loyola, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*: T. III; o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Bra-

sil, 1997. V. I.

CARONE, Edgard. *A república velha: evolução política. Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971a.

CARONE, Edgard. *A república velha: insituição e classes sociais. Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

FIGUEIREDO, Jackson. *Reação do bom senso – contra o demagogismo e a anarquia militar*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1922.

HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 4. ed. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. T. III. – sociedade e insituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias improvisadas*. Petrópolis: Vozes, 2000. 2v.

LIMA, Alceu Amoroso. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Introdução e organização Rioldnado Azzi. Rio de Janeiro: Educam; Paulinas, 2001.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIA, Júlio, CSSR. *A Igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MONTERO, Douglas Teixeira. Um confronto entre juazeiro, caudos e contestado. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. T. III – sociedade e insituições (1889-1930). Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. 2v.

MOURA, Odilão. O.S.B. *Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico brasileiro no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.

MOURA, Sérgio Lobo; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. T. III – sociedade e insituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977. 2v.

- PIMENTA, Dom Silvério Gomes. *Carta pastoral sobre o socorro ao summo pontífice*. Marianna: Typ. Archiepiscopal, 1916.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do, o.c.d. (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). *O cardeal leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.
- SILVA, José Ariovaldo da. *O movimento litúrgico no Brasil: estudo histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo: 1968.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.